



O PROCESSO DE INCLUSÃO: DIREITO DE IR E VIR

Silas Alberto Garcia¹
Calixto Júnior de Souza²

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão, Acessibilidade, Escola.

1 INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto que o processo de inclusão não é algo novo e, por sua vez, inacabado, urge repensar como esse processo se materializa no âmbito educacional de modo a investigar as potencialidades e os retrocessos do IFG- Campus Inhumas. No que tange aos resultados esperados, almeja-se que os estereótipos que tornam uma barreira para o processo de inclusão sejam clarificados por meio de medidas que possam auxiliar na melhoria acessibilidade desta instituição, face aos entraves de acesso bem como dos recursos, sobretudo humanos, para a inclusão dos alunos em condição de deficiência.

2 JUSTIFICATIVA

A inclusão é um desafio para a realidade escolar, já que sua concretude perpassa por uma reestruturação do contexto escolar como a própria função social da escola e, sobretudo, é preciso transcender os velhos paradigmas que regem a educação brasileira (MANTOAN, 2003).

O termo acessibilidade muitas vezes é confundido, pois colocam esse termo como condição da pessoa, mas isso é um equívoco. Segundo Manzini (2014), a acessibilidade é para pessoas com deficiência, pois o termo acessibilidade é para todas as pessoas com deficiências ou com alguma mobilidade reduzida, tendo em parâmetro o conceito do Art. 8º da ABNT 9050 sobre esse termo. Sendo assim, as condições desse termo devem estar inseridas nos espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação. Com isso, a falta de acessibilidade também pode ser fator de exclusão e, dessa forma, comprometer no processo de inclusão educacional.

3 METODOLOGIA

Na metodologia, busca-se utilizar de um estudo com base exploratória de modo a cunhar a análise da estrutura física do locus de estudo.

1 Instituto Federal de Goiás- Campus Inhumas (IFG), silasgarcia11@gmail.com

2 Instituto Federal de Goiás- Campus Inhumas (IFG), calixto.souza@ifg.edu.br

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No que tange à estrutura e ao apoio às ações de inclusão, o IFG possui uma política institucional em prol do atendimento das pessoas em condição de deficiência, tem disposto uma gama de elementos ligados à acessibilidade física de modo a propiciar rampas, sanitários, vagas acessíveis, telefones públicos, lavabos e bebedouros em altura acessível a usuários de cadeira de rodas, portas com espaços físicos em largura mínima para a locomoção de cadeira de rodas, bem como laboratórios de informática, de química e biblioteca com as devidas adaptações para a inclusão dos alunos em condição de deficiência.

Apesar do avanço que tais itens possam acarretar para a acessibilidade no âmbito do IFG, reconhece-se que muito tem que ser feito para a construção de um espaço acessível que atenda todas as necessidades e potencialidades do alunado, em particular, os que estão em condição de deficiência. Parece que o grande desafio para a construção de ações em prol da inclusão está em prover a permanência de todos os alunos na prática pedagógica, e, sobretudo, o surgimento de programas e núcleos que possam possibilitar a concretização de tal empreitada.

Além disso, barreiras arquitetônicas impedem o acesso de pessoas com deficiências físicas, como as escadas que não ajudam que os mesmos possam ter acesso as salas de música e artes. Também é perceptível que há barra de apoio apenas em um lado, e que não possui rampas de acesso para essas salas. Sendo assim, tais alunos podem ser excluídos das aulas de músicas e artes ou encontrarem grandes dificuldades para acompanharem as aulas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta instituição ressalta-se, por um lado, a presença de vários pontos positivos que atendem a ABNT 9050 com vistas a potencializar o acesso e a permanência dos(as) alunos(as) em condição de deficiência como, por exemplo, a estruturação de rampas de acesso. Tal ponto de vista determina um avanço para a acessibilidade desta instituição, contudo, não preza pela permanência do processo de inclusão educacional. Diante deste panorama, fazendo essa avaliação, por outro lado, foram encontradas várias barreiras arquitetônicas que podem impedir a locomoção de pessoas em condição de deficiência física ou com mobilidade reduzida, como gestantes e obesas. Sendo assim, após várias análises, ficou evidente que a estrutura física da instituição deixa muito a desejar no quesito acessibilidade, sobretudo ao cumprimento da norma ABNT 9050.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) 9050. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**, 2015.

MANZINI, E.J. Considerações teóricas sobre acessibilidade: Da definição às concepções atuais. In: MANZINI, E.J., CORRÊA, P. M. **Avaliação de acessibilidade na educação Infantil e no Ensino Superior**. São Carlos: APBPEE, 2014. p. 17-27.

MATOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.